

A Frente Eleitoral da Resistência Popular apelou para o voto nulo nas próximas eleições para as autarquias locais, em virtude de não haver alternativas apresentadas satisfazer o seu ideário político. Esta decisão, assumida no decorrer do 1.º Congresso Nacional daquela organização que se reclama «anti-social-fascista e antifascista», tem como causa o facto de a lei exigir a sua legalização em partido, até ao passado dia 18 de Outubro, para poder apresentar candidatos. A F.E.R.P.—organização que conta com o apoio d da União Comunista para a Reconstrução do Partido (marxista-leninista) (U.C.R.P. (m-l))— não conseguiu, contudo, satisfazer aquele requisito. Por outro lado, era esperada a adesão da O. C. M. L. P. (Organização Comunista Marxista-Leninista de Portugal), já legalizada em partido, o que, todavia, não veio a acontecer.

Após a aprovação dos estatutos e do programa político e a eleição da comissão nacional—que conta com 15 membros— a F. E. R. P. efectuou ontem à tarde uma sessão de encerramento aberta aos órgãos de comunicação social,

P. S. APRESENTA PROGRAMA PARA «CÂMARA SOCIALISTA» NO PORTO

«O Município tem de ser uma unidade dinâmica da vida do País, a moeda real e a base essencial da elaboração política, onde se criam novas estruturas socioeconómicas pela intervenção directa na vida pública de todos os cidadãos e, em particular, daqueles que dela têm sido marginalizados como elementos activos da população», salientou o dr. António Macedo, cabeça de lista pelo Partido Socialista para a Assembleia Municipal do Porto, durante a conferência de imprensa em que aqueles candidatos, bem como os propostos pelo P. S. à Câmara daquela cidade, divulgaram o seu programa para uma Câmara Socialista.

«Interessa-nos sobretudo — diria ainda António Macedo — ultrapassar as questões ideológicas, descer as ruas da cidade e às zonas mais desprotegidas e degradadas, observar os seus problemas concretos e resolvê-los, dentro dos recursos financeiros disponíveis, para que a população sinta que o verdadeiro espírito do 25 de Abril está presente na sua Câmara.»

Os candidatos socialistas, tanto à Câmara como à Assembleia Municipal, possuem as mais variadas profissões. Nos primeiros, as suas idades variam entre os 36 e os 64 anos, enquanto os segundos entre os 24 e os 70 anos. Para presidente do Município portuense, o P. S. indica, na qualidade de independente, o ens.º Aurélio Pires Veloso, irmão do brigadeiro Pires Veloso, que, usando da palavra, salientou não ser membro do P. S. mas sim socialista, recordando a sua militância no movimento cooperativo desde há 17 anos.

Utilização das escolas para campanha eleitoral

UM despacho do ministro da Educação e Investigação Científica determina que, enquanto durar a campanha eleitoral para as autarquias locais, não se aplica às organizações e partidos políticos a elas concorrentes a proibição de utilização dos estabelecimentos de ensino primário, preparatório, secundário e médio para sessões de propaganda política.

F.E.R.P. APELA PARA VOTO NULO NAS ELEIÇÕES PARA AUTARQUIAS

à qual assistiram cerca de 80 pessoas, entre congressistas e convidados. A cerimónia decorreu num anfiteatro do Instituto Superior Técnico.

Durante a sessão de ontem, presidida por Afonso Rocha, membro do secretariado político da comissão nacional, foi feita a apresentação de diversas pessoas que teriam sido candidatos às eleições para as autarquias locais se eventualmente a F. E. R. P. os pudesse apresentar.

O encerramento do congresso foi preenchido ainda com a leitura de diversas moções e discursos, onde a tônica foi o ataque ao P. C. P.

«Forjar a frente única»

Lendo uma saudação dirigida ao congresso pela U. C. R. P. (M-I), Jorge Rocha, 1.º secretário deste partido, referiu o objectivo da F. E. R. P.: «Forjar a frente única do povo português contra a burguesia exploradora e, em primeiro lugar, contra as forças do grande capital». A este propósito, acrescentou: «Travemos o combate contra o sectarismo e os chefes divisionistas, construindo em cada campanha política, pedra após pedra, os alicerces de uma autêntica unidade revolucionária das massas trabalhadoras contra os inimigos de classe.»

Depois de defender as experiências «da China e Albânia de hoje em dia», Jorge Rocha desferiu duras críticas à Frente Eleitoral Povo Unido, debruçando-se, em seguida, sobre a crise económica. Sobre este tema, afirmou: «A burguesia e os seus locais dizem que a culpa é dos trabalhadores que não querem trabalhar. Mas os trabalhadores sabem que o único responsável pela crise é o capitalismo e, em particular, o grande capital.»

Afonso Rocha, por seu turno, na sua alocução ao plenário, faria um relato das circunstâncias em que ocorreu o 25 de Novembro, estendendo os seus ataques não só ao P.C.P. — que qualificaria de «social-fascista» —, como ainda à F.U.R. e U.D.P. Referindo a situação pós-25 de Novembro, Afonso Rocha afirmaria que «os dirigentes do P.S. e os melo-antunistas puseram água na fervura e passaram de opositores do social-fascismo para seus advogados».

«O social-fascismo espicaça as forças da direita tradicional, incitando-as a radicalizar-se contra o Governo do P.S. A sua tática consiste, mais precisamente, em esperar que o P.P.D. ou o C.D.S. e os militares que lhes são afectos provoquem, a curto prazo, a queda do Governo, empurrando, deste modo, os dirigentes do P.S. para os braços de um Governo dito de esquerda, apoiado pelos socialistas e pelos social-fascistas e presidido por um dos ditos independentes do major Melo Antunes». Afonso Rocha não pouparia ainda críticas a Eanes e Soares, no que respeita à política do actual Po-



Militantes da F.E.R.F. votando uma moção

«Táctica de Alhandra»

Aquele membro do secretariado político da comissão nacional da F.E.R.P. focou ainda a linha de acção do P.C.P., depois do 25 de Novembro, dizendo: «Adaptando-se à nova situação política e explorando a tendência conciliatória no seio da burguesia social-democrata, o partido social-fascista traçou a chamada tática de Alhandra, que foi recentemente consagrada e melhorada no recente 3.º congresso social-fascista, debaixo da bênção sagrada do chefe da KGB russa, sinistro fautor de golpes, Boris Ponomarev.»

Teresa Machado, igualmente membro do secretariado político da F.E.R.P., explicou-las que o termo «táctica de Alhandra» se refere à reunião plenária do comité central do P.C.P., havidas em princípios do corrente ano e naquela localidade, onde terá sido aprovada a palavra de ordem da «maioria de esquerda». Salientou também o facto de a terminologia da sua organização atribuir ao 8.º congresso do P.C.P. o carácter de «3.º congresso social-fascista», já que, para a F.E.R.P. o P.C.P. foi revolucionário apenas até ao 5.º congresso.

Afonso Rocha analisaria também a actual situação político-económica, afirmando: «Os políticos oficiais da burguesia social-democrata falamos de estabilidade e renovação conquistada com o 25 de Novembro. Ramalho Eanes ainda agora voltou a tocar esta melodia, nas comemorações do 25 de Novembro, na Amadora. A estabilidade, contudo, é uma cortina de fumo. A crise política continuará a agravar-se. A tática social-fascista continua a apurar-se. A corrente de conciliação reforça-se. A acalmia actual é o prenúncio da tempestade de amanhã.»

E continuou: «O social-fascismo espicaça as forças da direita tradicional, incitando-as a radicalizar-se contra o Governo do P.S. A sua tática consiste, mais precisamente, em esperar que o P.P.D. ou o C.D.S. e os militares que lhes são afectos provoquem, a curto prazo, a queda do Governo, empurrando, deste modo, os dirigentes do P.S. para os braços de um Governo dito de esquerda, apoiado pelos socialistas e pelos social-fascistas e presidido por um dos ditos independentes do major Melo Antunes». Afonso Rocha não pouparia ainda críticas a Eanes e Soares, no que respeita à política do actual Po-

der em relação ao P.C.P., bem como no que concerne à estratégia internacional, tendo, neste capítulo, investido o Acordo de Helsínquia.

Comissão Nacional

Afonso Rocha (operário metalúrgico), Teresa Machado (professora) e Jorge Lopes (operário da O.G.M.A.) foram eleitos pela comissão nacional da F.E.R.P. para o secretariado político. Foram também escolhidos para a comissão nacional os seguintes elementos: João Freitas (operário electricista), João Almiró (estudante), Alcides Gonçalves (desenhador da C.P.), António Fonseca (operário químico), Fernando Ambrósio (empregado de escritório), João Ramos (desenhador do S.A.A.L.), José Almada (contabilista da Madeira), José Gonçalves (caixeiro da Madeira), Luís Chambel (estudante), Manuel Correia Silva (professor na Madeira), Vítor Gomes (operário electricista nas O.G.M.A.) e Manuel Teodoro Silveira (cozinheiro da Madeira).

O congresso havia começado na manhã de sábado, em local não divulgado, tendo contado com a presença de cerca de 50 delegados.

PRESOS POLÍTICOS À VENDA

Quando o Governo da Alemanha Oriental decidiu edificar o Muro da Vergonha, dividindo ao meio a cidade de Berlim, os seus cidadãos viram-se subitamente apanhados numa armadilha e inúmeras famílias ficaram divididas.

A Alemanha Oriental tentava, desta maneira, pôr cobro ao elevado exodo populacional que se tinha registado até 1949, que levou cerca de 16% da população a abandonar o Oriente.

Mas a construção deste muro apenas serviu para intensificar o descontentamento geral. Começaram então as desesperadas tentativas de fuga, e as prisões encheram-se de pessoas cumprindo até 5 anos de prisão pela primeira tentativa, e até nove, pela segunda. Em 1963, existiam nas cadeias da Alemanha Oriental 12 mil presos políticos nestas condições.

Foi então que Wolfgang Vogel, conhecido advogado da Alemanha Oriental, e, ao que parece, membro da polícia política do seu país, iniciou um dos mais sújos negócios do mundo, vendendo presos políticos à Alemanha Ocidental, ao preço de 16 mil dólares, por cabeça. Foi através desta operação inclassificável, (Kopfgeld — dinheiro por cabeça), que 10 mil presos políticos foram postos em liberdade.

Como funciona o programa Kopfgeld e quem é exactamente o Dr. Vogel? Por que razão paga o Ocidente?

Leia o número de Dezembro das Selecções do Reader's Digest, agora posto à venda.

M. D. P. / C. D. E. DECIDE PARTICIPAR NA F. E. P. U.

DECORREU ontem no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, o encontro nacional do M. D. P. / C. D. E. (Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral), que decidiu pela participação do movimento na F. E. P. U. (Frente Eleitoral Povo Unido). Num comunicado distribuído no final dos trabalhos sublinha-se que as eleições para as autarquias locais são uma grande batalha contra a direita reacçãoária e suas manobras divisionistas do movimento popular. Participar nelas — adianta o documento —, representa para o M. D. P. «corresponder à sua perspectiva unitária que, desde a sua luta contra o regime fascista, sempre tem orientado a sua acção em defesa

dos interesses populares e da dinamização cultural das populações». No decorrer do encontro, e de acordo com o texto daquele documento, o M. D. P. / C. D. E. concluiu também que a F. E. P. U. «tem encontrado a mais larga adesão popular, como resulta da elevada percentagem de elementos aheios às organizações que a integram, nomeadamente independentes e do P. S., nas suas listas de candidatos, e ainda do inequívoco apoio popular com que conta em todo o País». Depois de referir que o encontro se pronunciou no sentido de «reforço da organização com vista a alguns dos objectivos fundamentais em relação aos quais se reconheceu ter o M. D. P. / C. D. E. um papel prioritário a

desempenhar de acordo com a sua vocação unitária e a sua linha de acção, voltada para a defesa dos interesses populares e que dizem respeito às autarquias locais e à «organização popular», o comunicado denuncia «a ofensiva das forças antidemocráticas contra a reforma agrária, ensino democrático, conquistas dos trabalhadores e contra o Conselho da Revolução e diversos militares do 25 de Abril» e a «libertação de terroristas e a suspensão das investigações da rede bomba».

Estiveram presentes no encontro, que foi presidido por Gilberto Lindim Ramos, da comissão central do M. D. P. / C. D. E., cerca de 80 delegados em representação de todos os distritos do continente.